

SOBRE A RACIONALIDADE ECONÔMICA EFICIENTE E SACRIFICAL, A BARBÁRIE MERCANTIL E A EXCLUSÃO DOS SERES HUMANOS CONCRETOS E A NATUREZA¹

EN LA RACIONALIDAD ECONÓMICA EFICIENTE Y SACRIFICAL, LA BARBARIE MERCANTIL Y LA EXCLUSIÓN DE LOS SERES HUMANOS CONCRETOS Y LA NATUREZA.

David Sanchez Rubio²

SUMÁRIO: 1. O mito de Efigênia e sua exigência sacrificial. 2. O paradigma da simplicidade e suas falhas. 3. A racionalidade do capitalismo através do paradigma da simplicidade. 3.1. A mercantilização da vida. 3.2. Subsunção formal e subsunção real. 3.3. A racionalidade instrumental meio-fim. 3.4. A realização do mercado perfeito, a expansão do capital e a destruição da diversidade. 3.5. O cálculo do pirata. 3.6. Ganhadores, perdedores e seres humanos “sobrantes”. Referências.

RESUMEN: La mercantilización de todas las parcelas de la vida, incluso al interior de la vida animal, vegetal y humana, es una de las principales características del capitalismo. Ese proceso es fruto de una racionalidad económica instrumental y calculadora, cuyo objetivo fundamental es la obtención del máximo beneficio. Su modo epistemológico de operar se realiza a través del paradigma de la simplicidad que tiene como propósito reducir cuantitativamente la realidad sobre criterios monetarios y de crematísticos. En este trabajo se analiza ese modo de operar y de inculcar una forma de razonamiento que acepta, tolera e incluso potencia el sacrificio humano, pues considera que la competencia y el éxito de ser ganadores dentro del mercado, excluye y elimina a quienes son considerados perdedores, no competitivos o incluso criminaliza a aquellos que se oponen al modo de producción económica capitalista, por no ser merecedores del reconocimiento de lo que es humanamente digno.

Palabras claves: economía capitalista; racionalidad instrumental; cultura de sacrificio; subsunción formal; subsunción material; mercantilización; vida humana; condiciones de existencia.

ABSTRACT: The commodification of all aspects of life, even those of animal, vegetable and human life, is a major feature of capitalism. This process is the result of a calculative economic rationality whose main objective is to obtain the maximum benefit. Its epistemological operating model is through the paradigm of simplicity that aims to reduce reality to quantitative chrematistic and monetary criteria. This study analyzes such a mode of operation that instills a form of reasoning that accepts, tolerates and even promotes human sacrifice, believing that competition and the success of market winners excludes and eliminates those deemed losers, non-competitive and even criminalizes those opposed to the capitalistic mode of economic production for not being worthy of recognition of what is humanly dignified.

Keywords: capitalist economy, instrumental rationality; sacrifice culture; formal subsumption; subsumption material; commodification; human life; conditions of existence .

1. O mito de Efigênia e sua exigência sacrificial.

Cada cultura possui seus próprios mitos e tradições que nos transmite certas tendências na maneira de interpretar, pensar e atuar sobre a realidade. Na mitologia grega e na tradição greco-romana há um conhecido mito que expressa mito bem qual o tipo de racionalidade e cultura que o Ocidente desenvolveu e estendeu pelo mundo. É o mito de Efigênia, que de forma expressiva e certa explica o economista e filósofo alemão Franz Hinkelammert em seu livro *Sacrifícios humanos y sociedad occidental* (Hinkelammert, 1998).

Efigênia era filha de Agamenón, rei de Argos e de Micenas e comandante dos gregos, que necessitava conquistar Troia para dominar e “civilizar” o mundo. A deusa Minerva, furiosa com Agamenón porque havia matado um cervo consagrado a ela,

¹ Trabajo realizado con motivo del II *Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo* en noviembre de 2008 y recogido en el libro José de Sá, Alcindo (coord.), *Pelo directo á vida: a construção de uma geografia cidadã*, UFPR, Recife, 2008.

² Professor Titular de Filosofia do Direito, Universidad de Sevilla.

decide impedir essa conquista evitando que o vento soprasse e assim os barcos da frota grega não pudessem chegar ao porto troiano. Em troca como prova de obediência e para apaziguar sua fúria exige de Agamenón o sacrifício de sua filha Efigênia para que o vento voltasse e os gregos conquistassem Troia. Nas diferentes versões de Ésquilo, Eurípedes e Goethe encontramos a aceitação do sacrifício pelo exército grego e pela própria Efigênia, que na versão de Ésquilo é considerada louca por se negar que a matem.

No final, o sacrifício simbolicamente vale à pena porque todos estão convencidos de que, graças a ele Troia foi conquistada e foi dado um passo muito importante para civilizar o mundo. Além de que, assenta as bases para legitimar as guerras de conquista. Se o final fosse outro, se Troia não fosse tomada, Agamenón e os deuses se tornariam assassinos, mas a ação foi eficiente e legitimou a morte de Efigênia no imaginário grego, independente de Efigênia ter podido escapar para o país de Taures.

A filosofia de que “o fim justifica os meios” e de “que vale a pena matar uma pessoa para salvar a todo um povo” podemos encontrar na tradição hebraica e grega. Por exemplo, Caifás justificou a prisão e crucificação de Jesus. Porém não somente no passado aparece esta lógica, a encontramos também no presente, já que muitos são os exemplos de que em nome de uma ideia, de valores, de um Deus ou alguns deuses ou uma instituição como tem sido os conceitos de progresso, ciência, fé e razão, se tem aniquilado pontual e sistematicamente determinados povos e muitas vidas humanas sob a desculpa de que, com o extermínio, se evoluiu e se obteve maiores níveis de desenvolvimento. O próprio filósofo búlgaro Tzvetan Todorov assinalou que em nome do bem se tem cometido as maiores atrocidades e os piores males. (Todorov, 2002). A partir desta racionalidade, supostamente realista, como se passos importantes teriam sido dados para o progresso humano e se conseguido resultados positivos, morrer “uns poucos” é algo secundário, apenas um dado que não afeta a empreitada maior de beneficiar a todo um povo ou toda a humanidade.

Neste breve trabalho vamos tentar explicar, com algumas chaves, de que maneira o mito de Efigênia opera no capitalismo em sua forma de entender a economia e o mercado, porém com um resultado muito mais destrutivo. O mercado capitalista não provoca a morte de uns poucos, mas de muitos. Comprovaremos como em nome da eficiência, obtenção de máximo benefício ou de riqueza, respeito absoluto a propriedade privada, etc., se está destruindo sistematicamente seres humanos e as bases de vida de todo planeta com a máxima frieza e com muita consciência. Como algo inerente à lógica do livre mercado e do capital se aceita e se incorpora normal e tranquilamente os sacrifícios que resultam em morte e o fato de ser imprescindível a milhões de seres humanos. Suas consequências atuam em vários planos da realidade tanto de forma intencional e consciente como inconscientemente.

O próprio Franz Hinkelammert explica em seu livro que o mito de Efigênia se reproduz na Idade Média com a imagem de Cristo, porém de forma mais estrutural e explícita. Agora a redenção da humanidade da justa ira de Deus Pai se realiza com o sacrifício de seu querido filho Jesus, que tem um valor infinito. Tem tanto valor sua morte na cruz que, ao invés de abolir qualquer sacrifício, o exalta. Surge um mundo no qual já não resta um só lugar que não se tenha submetido a este sacrifício. Aparece a imaginação de inimigos de Cristo e de Deus que desprezam o sacrifício infinito de Cristo e, por isso, devem ser eliminados. São inimigos que negam aceitar a fé em Deus e, portanto, se transformam em novos crucificadores de Cristo. Para evitar que sua atitude provoquem novos sacrilégios e sacrifícios contra a fé cristã devem morrer e

serem crucificados para impedir novos sacrifícios. Estamos falando do espírito da cruzada.

No transcurso do tempo, aparece a Efigênia burguesa dos séculos XVI e XVII que assume a lógica sacrificial medieval, porém reinventada pela lógica da lei e do mercado, assumida por Locke como lei de Deus e como lei natural. Encontramos-nos então com a versão secularizada do céu mítico da Idade Média.³ Agora se levanta uma cruzada contra o inimigo da ordem, da harmonia e do progresso burguês. Os que não se submetem à lei do mercado geram o caos e desorden, indo contra a natureza. Surge uma nova lei de Deus secularizada como lei natural que substitui a lei religiosa do império medieval cristão. Aos que se opõem e resistem a ela (índios da América, africanos, asiáticos), são considerados inimigos da humanidade que provocam despotismo. Os países livres e que defendem a lei natural do mercado, legitimamente podem empreender contra eles um poder despótico em nome da liberdade, da civilização e do progresso. Estratégia que permanece em nossos dias.

2. O paradigma da simplicidade e suas falhas.

Para explicar esta mística de morte e violência que está estruturalmente inserida no capitalismo, vamos utilizar o mito de Efigênia recriando a partir das colocações do sociólogo francês Edgar Morin sobre o que denomina o paradigma da simplicidade (Morin, 2001). Ocidente, dentro de suas trajetórias históricas mais predominante, em sua forma de pensar e atuar se baseia na ontologia da presença, da unidade e da ordem. Possui uma obsessão por caracterizar a “verdade” das coisas e os princípios que o regem. Com o objetivo de obter a ordem, possui um medo e terror pela incerteza, desordem e caos. Daí a fobia que possui frente a ação, a corporalidade e a pluralidade temporal e espacial. Acaba por exorcizar as relações humanas e o social historicamente produzido. Para consolidar e reforçar sua ideia de razão, ordem, verdade e unidade, executa uma disposição missionária que se estendeu e expandiu por todo mundo para que todos e tudo se encaixem em seu imaginário. Morin fala de uma metodologia, uma forma característica da cultura ocidental e um modo de construir, interpretar, organizar e hierarquizar a realidade para levar à cabo seus propósitos: o paradigma da simplicidade que, embora seja necessário porque todo ser humano faz simplificações e significa parcialmente o real, no momento em que se absolutiza este paradigma e ignora-se o que simplifica, acaba amputando-o todo e sacrificando muitas vidas. Porque quanto mais mutilador é um pensamento mais mutila seres humanos e suas vidas.

Três são os princípios que há que se conceber de maneira interrelacionada com que opera o paradigma da simplicidade e vamos projetar sobre a racionalidade do capitalismo e sua lógica sacrificial: a) o princípio da disjunção ou separação; b) o princípio da redução; c) o princípio da abstração juntamente com seu complemento, o princípio da idealização. A seguir vamos ver como opera cada deles e colocaremos alguns exemplos da manifestação de cada princípio no seio da cultura capitalista do livre mercado:

³ “La ley absoluta del mercado en su confrontación con el caos, lleva a la idea de la armonía y, a través de ella, al progreso. En su conjunto, las ideas de armonía y de progreso secularizan el cielo de la Edad Media. Se transforman en el contra-peso de los sacrificios humanos, que el poder despótico de la ley natural del mercado exige para poder suprimir el caos”. Op. cit., p. 32.

a) O princípio da disjunção ou separação.

Este princípio opera através de várias etapas: a) se rompem os vínculos e as relações entre os elementos ou fatores da realidade; b) se dualiza e polariza a realidade em pares opostos e confrontados (p.e. amigo/inimigo, masculino/feminino, ganhador/perdedor, universal/particular, verdadeiro/falso, ciência/conhecimento não científico, propriedade privada/propriedade coletiva ou estatal, cultura/natureza, etc.); c) se valoram como superiores e verdadeiros essa exigência, oposicional, posicional e binária, quase sempre, a um dos elementos de cada par opostos, sendo secundários, inferiores e contingentes aos segundos (p.e., o masculino superior ao feminino; a propriedade superior a qualquer outra forma de propriedade; o universal sobre o particular, etc); d) finalmente nos exige tomar posição por um dos elementos de cada dualismo.

b) O princípio da redução

Através da redução se destaca um elemento dentre os muitos que existem na realidade e acaba por considerar-se como o único real. Isola-se e separa do restante e se considera que funciona por si mesmo e que é autosuficiente. Acaba-se por confundir a parte pelo todo. É o caso quando todas as parcelas da vida se reduzem a relações mercantis.

c) Os princípios da abstração e idealização

Por abstração se entende a omissão teórica e descritiva seletiva que deixa de lado alguns elementos ou predicados considerados não importantes. É uma especificação do mecanismo da redução, porém que se realiza através dos marcos categoriais, as teorias, os conceitos e as instituições com que nos regemos e nos orientamos pelo mundo. A teoria com que se interpreta a realidade, a abstrai e a substitui por seus conceitos e ideias. Sacrifica-se a realidade em nome de uma teoria ou instituição e acaba-se por eliminar os contextos, as relações humanas, a especialidade e a temporalidade dos problemas e as condições de existência das pessoas.

Junto com a abstração está a idealização que consiste na inclusão seletiva de algumas características que podem faltar nos agentes reais ou os próprios elementos que conformam a realidade.

O pensamento ocidental lógico e científico utiliza ambos meios de conhecimento. O problema e questionamento de seus usos há que ser feito quando não compreendemos e não nos preocupamos com os elementos que se eliminam e ficam de fora, como os que se acrescenta e são incluídos.

Como as abstrações pode-se omitir um ou vários elementos que, apesar de serem importantes e decisivos, são qualificados como insignificantes, acessórios e secundários, até o ponto que se pode ignorar, assim como também pode ser feito com a vida de alguns ou muitos seres humanos.

É quando a idealização é tamanha e tão exigente da inclusão feita que seu grau de perfeição é impossível de ser cumprido na realidade (p.e., uma sociedade perfeita produzida pelo mercado ou o estado perfeito, ou qualquer outra mediação e inclusive alguma qualidade do ser humano – enquanto indivíduo racional, ganhador e competitivo). O problema é que não há coincidência desta impossibilidade e se persegue

às custas do que necessário for. Se totaliza como fim que há de ser conseguido fazendo o que há de ser feito, inclusive sacrificando tudo aquilo que se interpreta como distorção ou obstáculo ainda que seja a própria condição humana e sua ação resistência.

3. A racionalidade do capitalismo através do paradigma da simplicidade.

Explicados os três princípios do paradigma da simplicidade, iremos projetá-los de forma mais profunda sobre a forma com que opera o sistema econômico capitalista que, em sua atual etapa de desenvolvimento, se está globalizando por nosso planeta e está abalando as bases da vida humana, animal e vegetal, assim como fragmentando e destruindo as relações humanas.

3.1. A mercantilização da vida

Uma das manifestações do princípio da redução aparece quando o capitalismo se estende por todas as parcelas da vida e acaba reduzindo toda realidade ao mercado, quebrando e ignorando a pluralidade e diversidade. Tudo que for mercantilizável possui valor. Inclusive resultado dele. Os seres humanos passam a ser clientes e consumidores, não importando qualquer outra qualidade. Nossa identidade resta marcada por nossos cartões de crédito e capacidade de comprar todos os produtos que o mercado nos oferece.

O processo de mercantilização possui uma trajetória histórica e pode ser resumida da seguinte forma:

A realidade social e histórica é rica, complexa e heterogênea. Surge da articulação, em forma de rede de dependências e retroralimentações, de tramas relacionais, dos seres humanos entre si e com o resto da natureza. Nossas vidas particulares são construídas socialmente a partir da satisfação das necessidades vitais reais; para isso são estabelecidos diversos *circuitos* entre as fontes de riqueza (real): a natureza, o geral e o ser humano e seu trabalho, mais especificamente. Os referidos circuitos tendem a estabelecer *equilíbrios* - sempre contingentes, por isso, históricos – que dão lugar aos diversos *modos* de vida, com seus respectivos sistemas de produção e distribuição social do trabalho, entre outros (Hinkelammert e Mora, 2002).⁴

Nesse sentido, por exemplo, o processo de trabalho gera uma forma de sociedade, porém segundo o tipo de sociedade e momento histórico que atravessa, se darão distintas formas de divisão social de trabalho, compreendidas como sistemas interdependentes e particularizados na totalidade do processo de trabalho. Finalmente, os mercados surgem no contexto desses circuitos, formando parte dos equilíbrios específicos (históricos) formando subconjuntos do sistema de divisão social do trabalho.

Historicamente, ao menos em nosso contexto cultural, podemos sistematizar as *formas de integração*, que adotaram as relações econômicas nas diversas formações sociais, em três tipos de redes: redes *de poder*, redes de *intercâmbio* e redes de *ajuda*. Cada uma delas possui seu correspondente tipo de *translação de bens e serviços*: translações *forçadas*, translações *livres* e translações *gratuitas*, respectivamente. O intercâmbio de bens no mercado é uma prática ancestral e cada forma de integração

4 Sobre el papel de la naturaleza, ambos autores señalan: "De las leyes de la naturaleza se derivan las condiciones materiales para vivir, y por lo tanto, la distribución posible de las múltiples actividades humanas y la organización y coordinación de las múltiples funciones productivas necesarias para producir un producto social material que permita la supervivencia de todos" (Ídem, p. 24).

requer, para seu funcionamento, de estruturas institucionais e princípios de comportamento.⁵

Em relação ao princípio da redução nos importa destacar o fato de que até ante do surgimento do capitalismo e sua posterior colonização na modernidade, durante o século XIX, o sistema econômico era o resultado de uma função social, ou seja, a ordem produtiva e de distribuição de bens integrava-se na ordem social, sua lógica (econômica) era dependente da lógica social. Portanto, não havia uma atividade econômica separada do restante das atividades que estruturavam a sociedade e estava regulada com sua particular significação por instituições e leis específicas.⁶

Entretanto, com a transição do feudalismo para o capitalismo, o modelo de economia de mercado (capitalista) se desenvolveu de tal forma e a tal ponto que sua própria forma de intercâmbio, a *auto regulação*, a qual implica no fato de que a produção está destinada a venda no mercado e que seu ingresso é precedido, fundamentalmente, do intercâmbio mercantil, passa, assim, a constituir-se em uma atividade *exclusivamente* econômica, com instituições e comportamentos diferenciados e demarcados fora das instituições e comportamentos sociais e políticos. Entre estas instituições, princípios e comportamentos que se anunciam como adequados e exclusivos da racionalidade que orienta a economia de mercado, temos: a propriedade privada; a relação entre indivíduos atomizados, somente vinculados através da compra e venda, através da oferta e demanda; o sistema de preços como princípio regulador; a obtenção do máximo benefício, etc. (Polanyi, 1997: 83 y 122; 1994: 121).

O mercado capitalista pretende, então, se converter em uma instituição separada do restante da sociedade e no âmbito político. Porém, na medida em que *sua* racionalidade econômica tem um claro componente ou tendência colonialista, não faz com que a sociedade e suas outras dimensões (política, cultural, estética, etc.) tenham uma existência e desenvolvimento igualmente autônomo, mas tende a subordinar e reduzir a ponto de que os processos de mobilidade e configuração, assim como a dinâmica ordinária destes outros espaços, chegaram a estar determinada por este mesmo mercado que acaba absolutizando-se. Por via de consequência, a sociedade é “gerenciada como auxiliar do mercado. Ao invés da economia ser marcada pelas relações sociais, são as relações sociais que se veem enclausuradas no interior do sistema econômico” (Polanyi, 1997: 104-105).

Neste sentido, Karl Polanyi assinalou e esclareceu o processo através do qual a economia de mercado acabou ofuscando qualquer outra realidade e como suas leis se converteram em princípio básico de organização das sociedades capitalistas. A estes efeitos o autor austro húngaro fez uma relevante distinção entre economia substancial e economia formal:⁷

•A *economia substancial* decorre da dependência humana por viver na natureza e entre seus semelhantes para sobreviver (pessoal e coletivamente). Além de que, proporciona os meios para satisfazer o impulso humano de querer *coisas* (materiais e imateriais). O conteúdo comum de toda atividade econômica é a provisão de bens materiais para satisfazer as necessidades humanas e para a reprodução da sociedade. Na economia substantiva há problemas de dimensões culturais, sociais, físicas, etc. que não podem ser

5 Ídem, pp. 11 y 21; también Carlos Prieto, “Karl Polanyi: crítica del mercado, crítica de la economía”, en *Política y Sociedad*, nº 21, 1996.

6 Ídem.

7 Ídem, p. 92; además véase Jorge F. Márquez Muñoz, “El lugar del género vernáculo”, en *Ixtus. Espíritu y cultura*, nº 28, 2000, pp. 43 y ss.

reduzidas a fatores meramente econômicos, nem a partir da intenção de economizar os meios que se supõem escassos. As sociedades possuem a instituição do processo econômico incrustada (*embedded economy*), envolvida por uma massa de instituições não econômicas (religiosas, políticas, etc.) (Polanyi, 1997). Por esta razão, a partir do ponto de vista teórico, a economia é compreendida como um processo mais ou menos institucionalizado, que se preocupa em buscar e construir meios adequados para satisfazer as necessidades e as condições de existência humanas.

•A *economia formal* deriva, por outro lado, da relação entre meios e fins, em que se parte de uma situação de escassez na escolha para usar os diferentes meios disponíveis (Prieto, 1996). Neste caso, as pessoas chegam a pensar que a economia é o centro de sua existência, inclusive a escassez de muitos e a ganância de poucos é a situação mais natural da sociedade. Por esta razão se acredita dogmaticamente na luta competitiva entre indivíduos atomizados e egoístas, obcecados pela obtenção da maior quantidade de benefícios. O mercado é considerado como único meio de acesso à felicidade, a ordem harmônica entre os indivíduos e a sociedade. Entre outras particularidades, todas as relações sociais acabam por serem subsumidas ao sistema econômico que, por sua vez, se autonomiza das relações sociais. Portanto, as leis da sociedade já não dominam a economia. Indo mais à frente, se torna óbvio que a sociedade *possui* uma economia, pois, neste sistema, a sociedade em si mesma é uma economia, pois as leis econômicas se expandem a todos espaços e dimensões sociais e passam a controlá-los. Chegando a este ponto, a economia pode aparecer autônoma, desvinculada (*disembedded economy*) das relações sociais e se converte na *última instância* da realidade sócio histórica.

Desta forma, as sociedades modernas capitalistas tomam como certas os princípios, comportamentos e as instituições de economia formal e do mercado total, do “Mercado” com “M” maiúsculo. O capital empurra a economia mercantil para a totalização do mercado. Até a moral se desliga dela e perde sua normatividade, porque a economia se apropria do Mercado para ser o dispensador de valores. Enfim, a *sociedade torna-se* redutivamente *mercado-cêntrica*. (Márquez, 2000: 44-45).

3.2. Subsunção formal e subsunção real

Outro efeito da abstração e da redução do capitalismo é o processo de subsunção formal e subsunção material do trabalho.

Durante os últimos séculos (XIX-XX) temos sido testemunhas de um processo em que todas as faces da existência social ficaram reduzidas ao mecanismo da oferta e demanda, regulado pelo sistema de preços. Este mecanismo é um postulado e, portanto, exige sua aceitação ao estilo dos *mistérios da fé*. Tem-se estendido esta dinâmica do capitalismo no âmbito de nossas relações sociais que aos poucos vão se transformando em espaços que se salvam do processo de *subsunção formal* do capital. Este processo se tem realizado em diversas etapas, incluindo o dia de hoje e continua adiante.

Uma das esferas que melhor reflete a transformação expansiva do capitalismo e seus efeitos sobre as relações sociais podem ser vistos no binômio capital/trabalho, em cuja relação tem havido um lento processo de sobreposição do segundo sobre o primeiro. Este processo passou por grandes períodos que marcaram sua construção, ainda que não há que estendê-los como momentos delimitados e separados pois são muitos os espaços de interrelação tornando difícil precisar qual deles predomina. A fase inicial é a que corresponde a subsunção formal do trabalho; o segundo período se caracteriza pelo esforço de subsunção real de toda sociedade no capital. Não apenas o

trabalho imediato e direto do trabalhador manual é objeto de controle e domínio, mas também aspira-se realizar o mesmo com o *trabalho geral* relacionado ao conhecimento, o trabalho intelectual, científico e inventivo ((Hinkelammert y Mora, 2002: 206).⁸

Em relação a subsunção formal, os produtores diretos, isto é, os trabalhadores que se relacionam diretamente com o objeto e instrumentos de trabalho, são despossuídos dos meios de produção e de subsistência, que passam ao domínio de uma terceira pessoa, o proprietário, a quem os trabalhadores se veem obrigados a vender, por um salário, sua força de trabalho, que é entendida como mercadoria (Hinkelammert y Mora, 2002; y Negri y Hardt, 2003: 23). Mesmo assim, o capital exerce uma hegemonia sobre a produção social, porém nesta etapa, todavia, restam processos de produção cuja origem é prévia a ela e remonta a uma etapa pré capitalista. Também se deve ter em conta que antes da revolução industrial do século XVIII, o capital “convive” com uma série de modos técnicos de caráter artesanal, os quais não são gerados por ele.

Pouco a pouco, o capitalismo, juntamente com a criação de um modo social e técnico próprio (o *industrialismo*), vai ampliando as relações mercantis para além dos produtores e insumos da divisão social do trabalho, até incluir as próprias condições gerais de produção e reprodução. Para tanto necessita se apropriar da natureza e da ação dos seres humanos. Requer que todos os bens funcionem como mercadorias e as inserções procedam de relações mercantis. Deste modo acaba transformando os meios de produção e de vida em capital, e força de trabalho em mercadoria. Uns e outros poderão ser comprados e vendidos livremente no mercado e terão um preço. *Trabalho e terra, em tempos do capital, tornam-se objetos apropriáveis e vendáveis.*

Através do processo, lento porém seguro, da subsunção formal e da subsunção real, o capital busca não ter uma força (*exterioridade*), isto é, não admite coexistir com outras concreções sócio históricas, como podem ser outros modos culturais de produção, outras formas de compreender as relações sociais ou distintos tipos de conhecimento. Todas estas distintas formas se tornam proscritas e invisibilizadas porque o capital não admite concorrência nem interpelação. Evidentemente, neste processo nos encontramos com uma forma particular de operar, além de ocorrerem efeitos sociais, culturais e ambientais característicos, cuja direção vai sendo no sentido de estabelecer o controle, até a eliminação, da vida humana, da natureza e de toda diversidade que lhes são próprias.

Neste sentido, Karl Polanyi chamava a atenção sobre este fato, seguindo as advertências de Karl Marx, contidas em sua formulação da *lei da pauperização*. A denúncia de Polanyi evidenciava a destruição acumulativa do ser humano e da natureza pela mão invisível do mercado. São os efeitos *não intencionais* (Hinkelammert, 1996: 88 y 89; Polanyi, 1997: 126 y ss.; Marx, 1957: 424). Para o economista austro húngaro o trabalho e a terra são realidades que constituem a essência de toda sociedade. Portanto, ambas fontes de riqueza são realidades sociais e não mercadorias em si mesmas, já que nenhuma é objeto reproduzível para compra e venda em mercado. Sua razão de ser é mais complexa e rica. São, então, transformadas em mercadorias fictícias.⁹ Esta conversão, considerada obrigatória e necessária pelo sistema e seus defensores, se

8 Quienes sostienen «Pero lo cierto es que con la subsunción real, el conocimiento y el trabajo inmediato, la creación de progreso y la puesta en práctica de este, el trabajo de la mente y el trabajo físico, **se separan**. (...) De esta separación entre el trabajo intelectual y el trabajo inmediato resulta **una nueva división del trabajo**. El conocimiento y su desarrollo constituyen ahora una condición del proceso directo de producción y su expansión, y ambos se han convertido en esfera de aplicación productiva de la ciencia» (*Ídem*, p. 210 -las negrillas son del original).

9 Véase K. Polanyi, op. cit., especialmente p. 128.

totaliza até níveis que levam diretamente por sua dinâmica a destruição da sociedade e da natureza.¹⁰

3.3. A racionalidade instrumental meio-fim

A dinâmica do capitalismo expressada através da racionalidade instrumental de cálculo meio-fim, acaba por absolutizar a ação linear que vincula os meios utilizados para obter os fins (produtos) a preço mais barato. Como consequência de seu efeito simplificador e redutor, invisibiliza as duas fontes de toda riqueza, sobredimensionando o critério de calculabilidade para ser obtido os menores custos ao melhor preço abstraído e eliminando a importância da satisfação das necessidades humanas no marco do respeito as condições de existência das pessoas e da natureza.

O critério da racionalidade formal e instrumental joga com a racionalidade dos meios segundo um critério de custos: obter um determinado fim com o mínimo possível de meios usados para obtê-los. São os fins da empresa, é dizer, os produtos e serviços produzidos para o mercado. Para alcançá-los são necessários meios como matérias primas, instrumentos de trabalho e tempo de trabalho humano (Hinkelammert y Mora, 2006: 143).

O que mais interessa é a eficiência dessa relação que se refere a um juízo sobre os custos expressos em termos monetários e pela rentabilidade do processo de produção. Se não houver ganância e se esta não se maximiza, se fracassa e não se sobrevive no mercado. Esta situação provoca uma relação de luta entre as empresas de permanente competência. O que ganha maximizando sua ganância e minimizando os custos, demonstra que é o mais eficiente.

Competitividade e eficiência, como processos de abstração, se convertem nos valores supremos que deciden sobre a validade de todos demais valores. Abre-se assim uma espiral de violência e irracionalidade que o próprio Franz Hinkelammert denomina a irracionalidade do racionalizado. Sob uma relação meio-fim que se totaliza no campo epistemológico e metodológico das ciências econômicas, acaba-se por subverter a importância crucial da denominada *racionalidade reprodutiva*, compreendida como aquela que se refere e atende as condições de existência dos seres humanos. “A eficiência corta o ramo da árvore sobre o qual estamos sentados”. O economista e filósofo Hinkelammert e explica da seguinte maneira:

“Somos daqueles competidores que estão sentados no ramo da árvore à beira de um precipício balançando. O mais eficiente será aquele que consiga cortar com mais rapidez o ramo no qual está sentado. Cairá primeiro e morrerá primeiro, porém terá ganhado a competição pela eficiência”¹¹

10 Dice el propio Polanyi: "Permitir que el mecanismo del mercado dirija por su cuenta y decida la suerte de los seres humanos y de su medio natural, e incluso que de hecho decida acerca del nivel y de la utilización del poder adquisitivo, conduce necesariamente a la destrucción de la sociedad. Y esto es así porque la pretendida mercancía denominada "fuerza de trabajo" no puede ser zarandeada, utilizada sin ton ni son, o incluso ser inutilizada, sin que se vean inevitablemente afectados los individuos humanos portadores de esta mercancía peculiar. Al disponer de la fuerza de trabajo de un hombre, el sistema pretende disponer de la entidad física, psicológica y moral "humana" que está ligada a esta fuerza. (...). La naturaleza se vería reducida a sus elementos, el entorno natural y los paisajes serían saqueados, los ríos polucionados..." (cfr. *La Gran Transformación...*, pp. 128-129). Asimismo, Karl Marx señala: "Por tanto, la producción capitalista sólo sabe desarrollar la técnica y la combinación del proceso social de producción socavando al mismo tiempo las dos fuentes originales de toda riqueza: la tierra y el hombre" (Op. cit., p. 424).

11 Ídem.

Deste ponto de vista, desaparece o sentido da realidade e se dá um salto ao vazio. É a ineficiência da eficiência. E se qualifica de “externalidade”, de “distorção”, qualquer ação que pretende considerar a destruição da natureza ou da vida em geral e que trata de evitar que despenquemos no abismo, sendo conscientes de que estamos sentados no ramo de uma árvore. A corrida pela eficiência e competitividade também é concebida como continuidade e superveniência do planeta. A sociedade mercadocêntrica faz uma abstração do *circuito natural*, que permite (*possibilidade e factibilidade*) da vida humana a partir de suas necessidades e acaba expandindo uma ordem destrutiva, baseada no primado das relações mercantis sobre o conjunto do espaço social. Ao final a supremacia das relações mercantis sobre o conjunto do espaço social. Ao final as consequências se manifestam de forma a estabelecer que a **ordem da economia de mercado acaba por minar os conjuntos reais, sociais e naturais dentro dos quais acontece**. (Hinkelammert y Mora, 2002: 14 y 317).

Curiosamente, o processo de racionalização simplificadora que acompanha o desperdício moderno, está produzindo uma irracionalidade crescente. Deixa de ser progresso por suas consequências que são regressivas. Contudo, “*uma sociedade que realiza um processo de vida sem sentido, tampoco pode construir um sentido para a vida*” (Hinkelammert y Mora, 2006: 146). Ao contrario, uma sociedade realmente eficiente somente seria aquela que garantisse a todos seus membros suas condições de existência e fosse capaz de proteger as fontes de toda riqueza: o ser humano e a natureza.¹²

3.4. A realização do mercado perfeito, a expansão do capital e a destruição da diversidade

Outra manifestação do paradigma da simplicidade se manifesta com o princípio de idealização através do mercado perfeito e a fetichização do mercado. Os defensores da economia de mercado aspiram, estrutural e ideologicamente, a hegemonia de uma economia de mercado total. Não se trata apenas de competência e eficiência perfeita as quais mencionamos anteriormente. De maneira simultânea a este processo de mercantilização e competitividade, considerado como natural, racional e irreversível, vai ocorrendo uma redução do horizonte de sentido e de observação do mundo em que vivemos, pois é imposto o marco teórico do livre mercado e da competência perfeita como o único caminho possível. A partir desta perspectiva, não existem realidades independentes do mercado. Tudo se observa através do filtro de suas instituições e comportamentos. Aspira-se a uma aproximação asintótica (*sin fin*) para uma sociedade exclusivamente regulada por leis mercantis. No caminho se rechaça qualquer intento de diminuir ou corrigir este trajeto de perfeição, que carrega em si consequências entrópicas. Não obstante a isto, ao se atingir este momento surgem paradoxos, porque não se admite retificação alguma, nenhuma referência diferente ou alternativa (Hinkelammert y Mora, 2002: 12 y 13).

A dinâmica de funcionamento do capitalismo neoliberal e global, em sua nova fase de desenvolvimento, e a ordem com que são canalizadas as relações sociais orientadas pelo objetivo de obter o mercado perfeito, não importa eliminar pluralidades, diversidades e riquezas humanas, culturais e naturais. Abstrai o mais valioso da vida: a integralidade da natureza com suas espécies animais e vegetais, e a converte em objetos

¹² Ídem, pp. 205-206.

prescindíveis, superditados aos bens mais apreciados: o dinheiro e o capital. Convertem-se em fetiches aos que há que render adoração.

Mesmo assim, os instrumentos para lograr essa perfeição são a racionalidade instrumental de cálculo meio-fim; o mecanismo de oferta e demanda orientado pelos preços; os critérios e os princípios normativos de eficiência, competitividade e a obtenção do máximo benefício e os direitos de propriedade privada e da liberdade de contratação. Todos eles absolutizados e convertidos em parâmetro único de dotação de sentido da realidade, provocam efeitos aniquiladores e perversos sobre as condições de existência de todas espécies vegetais e animais (o ser humano entre elas) de nosso lobo terrestre.¹³ Ao final, a ordem que este mercado totalizado e sua racionalidade impõem, socavam os conjuntos reais (ecossistemas) dentro dos quais acontece, até o ponto em que esta parte do sistema acaba pretendendo converter-se e impor-se como a *totalidade* e reduz os conjuntos interconectados a meras prolongações suas, até deixá-los na mínima expressão.

Ao idealizar a perfeição de uma instituição como o mercado, se produz um impacto também em outras formas culturais e modos de vida. Além de que, a expansão interna de todas faces da existência e do conhecimento que opera sobre as formas de organização social, o capitalismo construiu diferentes formas de colonialismo e imperialismo, impondo seu próprio horizonte de sentido como se *fosse o único modo de ver, entender e atuar no mundo* (Herrera Flores, 2000: I). O caráter entrópico e destruidor do sistema capitalista e a violência exercida sobre outras culturas, espécies animais e vegetais tem sido e é uma das constantes desde sua origem até os dias de hoje.

Neste sentido, não é estranho, e por esta razão que Vandana Shiva subtrai como componente essencial da globalização contemporânea o *cultivo do uniforme, que pressupõe a homogeneidade e a destruição da diversidade* tanto social como da natureza (Shiva, 2001: 125). A aspiração ao controle de tudo: da cultura, da vida cotidiana, das matérias primas, os mercados, etc., impondo uma única visão de compreender o mundo, exige eliminar pluralidades de espécies e diferenças culturais, que desde esta perspectiva, são concebidas como impedimentos e obstáculos para a expansão do capital. Declarar guerra a diversidade e apostar pela uniformidade de culturas e de cultivos se considera a melhor estratégia, enquanto que a arma com que se executa é o exercício de uma força virulenta disfarçada sob a roupagem do livre mercado e também amparado pela força militar.

A violência desatada neste processo de uniformização e homogeneização impõe a criação de monopólios sobre a vida e dos recursos vivos (Shiva, 2003: p.11), e se manifesta em múltiplos níveis: a) no nível político, mediante o uso da força, controle e centralização; b) como violência ecológica contra diversas espécies da natureza. Não apenas se trata de provocar a extinção da flora e fauna, mas, de controlar a produção através de monocultivos apesar do alto índice de desestabilização ecológica que possui; e c) como violência social e cultural. Potencializa-se, assim, a agressão e fragmentação de sistemas sociais e fragmentação de sistemas sociais e culturais diversos para integrá-los em um sistema global considerado como o único válido. Rompe-se o tecido social plural e a capacidade de organização das comunidades locais e regionais (Shiva, 2001: 126-127).¹⁴

13 Ídem.

14 “Este mundo, rico en diversidad, no podría ser transformado en estructuras homogéneas, ni se puede mantener una uniformidad de cultivos y culturas sin un control centralizado y el uso de la fuerza. Las comunidades y los ecosistemas autoorganizados y descentralizados generan diversidad. La globalización genera culturas y cultivos uniformes mantenidos por la fuerza “ (Ídem, p. 125).

O capitalismo globalizador, portanto, implica na hegemonia, pretensão de apropriação exclusiva da rica realidade, com efeito de redução, abstração e disjunção de todas suas dimensões. A interação intercultural de sociedades e modos de vida, equilíbrio e respeito ecológico a escala planetária, não entram em sua ordem de prioridades.

Mesmo assim, para dar-se o salto qualitativo nas condições de valorização e acumulação do capital em escala mundial, o objetivo prioritário está em converter a vida do ser humano, não somente em trabalho, mas em “capital humano”, subsumindo em si o trabalho conceitual e geral. O mesmo ocorre com a natureza já que não é suficiente como terra, ou seja, como recurso ou meio de produção, mas também se converte em “capital natural” (Mora, 2006: 12 y ss.). Tudo deve ser traduzido em negócio: a mente humana, o intelecto, a educação, a cultura, a ciência, a biodiversidade, toda natureza através de uma lógica privatista, extrativa e destruidora se concebe também como meio de produção, bens como espaços de inversão. Ao admitir a economia de mercado seu impulso para a obtenção de máximo benefício e na maior acumulação possível de capital se buscam novas possibilidades e lugares onde obtê-lo.

Por via de consequência, seres humanos e natureza estão a serviço do capital, não este a serviço dos seres humanos e da natureza. Ambos, portanto, resultam sacrificáveis e descartáveis como custo necessário para acumulação e triunfo do capital. Nos convertemos em seres sem valoração e o meio natural acaba por reduzir-se a uma função econômica, produção negligenciando e reprimindo *sua outras funções de igual ou maior valor para assegurar as condições materiais de reprodução da vida humana*.¹⁵

Sob este panorama e seguindo esta dinâmica, fica claro como não pode ser outro o propósito de estratégia dos EUA já manifestada abertamente após os atentados do 11 de setembro de 2001. Os Estados Unidos querem ser os líderes da globalização e seus maiores beneficiários. De sua perspectiva e interesse, para apropriar-se do mundo há que assalta-lo e tudo está permitido: usando ilimitadamente a força militar e reconfigurando a ordem internacional em função de seus próprios interesses. Os recursos devem estar à sua disposição, sejam quais forem e estejam onde estiverem.¹⁶ O mesmo ocorre com o mundo todo: o científico, o pessoal, o técnico altamente qualificado, o petróleo, o gás, os minerais, o oxigênio, a biodiversidade...para convencer, legitimar e ganhar a batalha também se dá no mundo das idéias e da cultura, ambas absorvidas e transformadas em racionalização do “capital humano” e no “capital natural”.¹⁷

A alimentação, a saúde, a própria vida, são matérias primas dos novos negócios. Portanto, a maior particularidade que apresenta esta versão de globalização

15 Ídem, p. 15.

16 Esta arrogante pretensión es la que informa una serie de iniciativas estadounidenses, como el Area de Libre Comercio para las Américas (ALCA), el Plan Puebla Panamá (PPP), el Plan Colombia y los diversos tratados de libre comercio (TLC) que Estados Unidos impulsa negociar/imponer bilateralmente con diversos países. Ello ha quedado muy claro en las palabras del Secretario de Estado, Colin Powell: *Nuestro objetivo con el ALCA es garantizar a las empresas estadounidenses el control de un territorio que va del Polo Norte hasta el Antártico, el libre acceso sin ningún obstáculo o dificultad para nuestros productos o servicios, tecnología y capital en todo el hemisferio*.

17 Se trata del fundamentalismo mesiánico del mercado cuya estrategia se basa en cuatro ejes: a) el acceso a recursos naturales y humanos por medios económicos; b) el uso del poder militar; c) el asalto al poder mundial, el reordenamiento y la pacificación del mundo; y d) un mesianismo conservador, que se muestra como representante del bien y que lucha contra el mal. Ídem, p. 13.

Sobre el asalto al poder ver Franz Hinkelammert, “La guerra de Iraq: el asalto al poder sobre el mundo”, en *Pasos*, nº 107, pp. 17 y ss.

capitalista é a de ser o *principal instrumento que sintetiza a tendência tanto do processo de absorção do trabalho conceitual, como a conversão da natureza e da humanidade em forma de capital natural e humano*. A economia neoliberal pretende, pois, cruzar a linha introduzindo no mercado as próprias bases da vida e sua capacidade reprodutiva. Desta forma, reduz a diversidade da natureza em “recurso genético” sobre os que reclamam direitos de exploração exclusiva (Bermejo, 2001: 9).

Por outro lado, se perde a riqueza em biodiversidade, a complexidade interativa das espécies, a integralidade dos organismos e sua capacidade de geração de vida, pois agora, através de um mecanismo de redução e engano, somente são reconhecidos estes atributos da ciência (subordinada ao capital) e sua capacidade de invenção e manipulação. E mais, os seres vivos são tratados como máquinas, negando-lhes sua capacidade de auto-organização e reprodução (Khor, 2003: 75 y ss.); inclusive são reduzidos a material genético tecnologicamente manipulável. (Shiva, 2001: 44-45).

Definitivamente, nem segurança de alimentação, nem de saúde, nem do ambiente, tampouco em geral a qualidade de vida humana e natural importam. Simplesmente são considerados como custos colaterais que, por esta razão, não são levados em conta.

3.5. O cálculo do pirata

Franz Hinkelammert e Henry Mora têm uma maneira peculiar e muito provocadora de descrever esta política simplificadora que reduz e abstrai através da atitude do principal ator difusor e defensor do mercado: o empresário. Se o ser humano se transforma em consumidor e cliente quem controla os meios de produção utiliza um cálculo empresarial que se assemelha ao *cálculo do pirata* (Hinkelammert y Mora, 2002: 294 a 296). O primeiro é um cálculo fragmentar dirigido, igualmente, ao uso fragmentar das técnicas produtivas. O descartável disto está no fato de que estas ações se dirigem a uma parte selecionada da realidade (fragmento), abstraindo o restante. Este restante do que se prescinde neste tipo de cálculo inclui um fato empírico básico: a realidade é interdependente, em forma de rede de dependências e retroalimentações mutuas. Conseqüentemente, a partir desta perspectiva parcial e própria do empresário, não se considera a possibilidade de repercussões negativas que a ação econômica e tecnológica produzem sobre a complexa realidade.

O empresário capitalista considera irrelevantes as conseqüências indiretas que sua ação possa causar e as valora como custos externos. De sua parte, o cálculo do pirata, baseado na pilhagem, é semelhante. Os escravistas e colonizadores europeus, entre os séculos XV e XIX, não se preocupavam com os custos materiais e imateriais causados por suas ações. Nem a destruição de povos inteiros e seus modos de produção, nem a destruição de toda uma cultura e a perda imensa de vidas humanas eram importantes. Para o escravista, por exemplo, apenas eram contabilizados os gastos fixos do capital, como as armas e os barcos, e os variáveis, o sustento de seus mercenários. O ganho era obtido com a venda dos escravos. O cálculo do pirata ou do conquistador estava concebido como um *cálculo de guerra*, pois supunha-se que a aventura bélica teria continuidade e se financiada seguiria rendável, ou seja, enquanto os resultados de guerra proporcionassem ouro, prata e tesouros.¹⁸

18 Ídem.

Enfim, o cálculo empresarial é uma forma específica de cálculo de pirata e/ou do cálculo de guerra, porque exclui todos os custos que não sejam custos de guerra. Todavia, em certas situações se fixam os *custos externos* e neles inclui os inerentes às necessidades humanas, todos os que são necessários naturalmente a sua base de ação. As mudanças climáticas, a deteriorização do ambiente, o desflorestamento, etc...são custos para o ganhador da guerra comercial.

3.6. Ganhadores, perdedores e seres humanos “sobrantes”

Finalmente a lógica sacrificial do capitalismo, que pode ser explicada através do princípio da disjunção e separação sob a ótica dos dualismos amigo/inimigo, ganhador/perdedor; ainda que seus efeitos perversos se tenham destacado com a idealização da competência perfeita, a eficiência, competitividade, submissão real e mercantilização de todas as parcelas da vida.

Ainda que o cálculo de guerra admita que sejam perdidas vidas humanas, contanto que sejam obtidos benefícios, o mercado capitalista orientado pelo princípio da competitividade, classifica os sujeitos em ganhadores e perdedores. Os fazem participar da destruição de uns sobre outros. Apenas os que estão capacitados para produzir riqueza e demonstram ser os mais fortes e competitivos, são os que sobrevivem. Aqueles que não podem ser submetidos ao trem do progresso econômico, se convertem em seres humanos “sobrantes”. Muitos são os *homo sacer* e as efigêneas involuntárias no presente, que não existem para o sistema ou devem morrer para outros possam viver de forma mais cômoda.

A eficiência formal da racionalidade instrumental e a competitividade como princípio orientador da economia é algo muito violento contra a natureza. Também gera violência contra os que não entram no jogo do mercado porque se opõem a ele ou não estão capacitados para participar sob suas regras, e violência também contra aqueles que são submetidos a depressão e stress, que pelo aceleração do ritmo marcado pela obtenção de rentabilidade, vão tendo quebrada a personalidade dos sujeitos.

Entra-se numa espiral de morte que afeta também todas as relações sociais. A exclusão social e a de grandes setores da população incrementa o comportamento desumano em relação aos excluídos, se generaliza e é também assimilado no comportamento mútuo entre os próprios incluídos que vão se tornando egoístas e receosos em relação aos demais. É uma ruptura das relações humanas não somente entre os excluídos em relação aos incluídos, entre os mesmos privilegiados. Perde-se a solidariedade e o respeito mútuo. A drogatização, a violência, a desintegração familiar e a desumanização acompanham o processo de mercantilização, competitividade, eficiência e obtenção do máximo benefício que também aniquila com a natureza (Hinkelammert y Mora, 2006: 295).

A nova ordem capitalista subordina a lógica dos direitos humanos e da autonomia, a autoestima e a responsabilidade dos seres humanos à lógica dos bons negócios. Se existe uma oportunidade de obter benefícios, se existe uma demanda no mercado, não importa o sofrimento humano e ambiental, não importa a realidade social desigual e injusta (Gallardo Martínez, 2008). Se para o mercado há que se colonizar, que se dominar e matar, o faz com muita consciência. E ainda, se crê na imagem de que as vítimas do sistema são monstros que devem ser ignorados, desprezados e assassinados porque são ameaças. Até mesmo são os responsáveis por sua situação.

Enfim, tudo entra na vertiginosidade de uma que se sustem subvertendo toda vida humana, animal e vegetal. Destruir é viver, viver é destruir. O mundo como um

todo entra nessa destruição e se produz um colapso da moralidade. A droga e o crime se tornam tanto um consolo como o modo de ser resolvido o problema da sobrevivência e a sociedade responde com um terrorismo desatado. (Hinkelammert y Mora, 2002). A realidade e sua complexidade juntamente com a natureza e a vida de todos seres humanos concretos que as significam, são abstraídos, reduzidos, simplificados e eliminados.

REFERÊNCIAS

Bermejo, Isabel (2001), “Introducción” en Shiva, Vandana, **Biopiratería. El saqueo de la naturaleza y del conocimiento**, Icaria, Barcelona.

Gallardo, Helio, (2008) **Teoría crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**, Edición de David Sánchez Rubio, Gráficas F. Gómez, Murcia.

Herrera Flores, Joaquín (edit.) (2000), “Introducción”, **El vuelo de Anteo. Derechos humanos y crítica de la razón liberal**, Desclée de Brouwer, Bilbao.

Hinkelammert, Franz (1998), **Sacrificios humanos y sociedad occidental. Lucifer y la bestia**, DEI, San José.

Hinkelammert, Franz y Mora, Henry (2006), **Hacia una economía para la vida**, DEI, San José.

_____ (2002) **Coordinación social del trabajo, mercado y reproducción de la vida humana**, DEI, San José.

Khor, Martin (2003), **El saqueo del conocimiento**, Icaria, Barcelona.

Márquez Muñoz, Jorge F. (2000), “El lugar del género vernáculo”, en **Ixtus. Espíritu y cultura**, n. 28.

Mora, Henry (2006), “La globalización después de Iraq: de los ajustes estructurales a la privatización de la vida por el asalto al poder mundial”, en **Pasos**, n. 107.

Morin, Edgar (2001), **Introducción al pensamiento complejo**, Gedisa, Barcelona.

Negri, Antonio y Hardt, Michael (2003), **El trabajo de Dionisos**, Akal, Madrid.

Polanyi, Karl (1997), *La gran transformación*, Ediciones de La Piqueta, Madrid.

Prieto, Carlos (1996), “Karl Polanyi: crítica del mercado, crítica de la economía”, en **Política y Sociedad**, n. 21.

Shiva, Vandana (2003), **Cosecha robada. El secuestro del suministro mundial de alimentos**, Paidós, Barcelona.

_____ (2001), **Biopiratería. El saqueo de la naturaleza y del conocimiento**, Icaria, Barcelona.

Todorov, Tzvetan (2002), **Tentaciones del bien, memoria del mal**, Península, Barcelona.